

ABERTURA

ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PONTOS DE INTERSEÇÃO

Hagar Espanha Gomes

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | haguespanhagomes@gmail.com

MOTIVAÇÃO: O ATUAL AMBIENTE

O tema do Seminário sugere examinar pontos de interseção entre Arquivologia e Ciência da Informação, buscando, entre as especificidades de cada área, identificar algum tipo de saber presente em uma e outra. O tema não é novo. Em minhas andanças e experiências, encontrei áreas de atuação comuns a arquivos, bibliotecas e demais organizações detentoras de recursos informacionais heterogêneos. Atuar de modo competente requer, então, adoção de princípios teóricos. Qual saber e em qual circunstância este saber é comum? É nessa perspectiva que faço esta apresentação, focalizando a classificação como ponto comum, que ganha relevo com a introdução da Tecnologia da Informação ‘nos arquivos correntes heterogêneos’. A tese que defendo é a de que conhecer princípios de organização/classificação não é prerrogativa da Ciência da Informação; trata-se de um saber com ampla aplicação na realidade e, neste contexto, como algo a ser ‘acrescentado’ ao fazer arquivista. Este é apenas um aspecto da interseção no que tange à formação do profissional de arquivos.

A interface Ciência da Informação X Arquivologia tem sido abordada aqui e ali, mas Smit (2003) observa que a tradição tem separado essas categorias profissionais, enfatizando, desta maneira, as diferenças, ou especificidades e ignorando, conseqüentemente, suas semelhanças. Para ela, trata-se de uma visão equivocada, pois, de fato, existem diferenças nos campos de atuação profissional, mas existe, igualmente, ‘algo’ que as une, pois ambas as áreas têm em comum registro, avaliação e institucionalização da informação, e resume “[...] o objetivo perseguido pelo profissional da informação e suas instituições: ‘disponibilizar a informação certa, da fonte certa, para o usuário certo, no prazo certo, numa forma considerada adequada para o uso e a um custo justificado pelo uso.’” (MASON, 1990, p. 125 apud SMIT, 2003).

É possível que haja mais de um ‘algo’ em comum e é isso que se pretende mostrar. Rondinelli (2002) reconhece que, em relação à interdisciplinaridade da arquivologia com a ciência da informação, parece persistir a debilidade identificada por Fonseca e Jardim em artigo de 1955, intitulado ‘As relações entre a arquivística e a ciência da informação’.

A interdisciplinaridade no próprio meio arquivístico tem sido objeto de debate, face à diversidade de ‘arquivos’, ao considerar outras organizações que reúnem outros documentos além de documentos administrativos; a tecnologia da informação tem sido incorporada nos estudos e nas reflexões sobre este fenômeno, mas reforçando enriquecimento de gestão do conhecimento (SANTOS; FLORES, 2015). Isso fica evidente quando se reconhecem os inúmeros aspectos presentes nos dados que circulam pelas organizações, abrangendo dados cadastrais de clientes, parceiros, fornecedores, funcionários, materiais ativos e, principalmente, das transações destes com a organização (compra, devolução, uso, manutenção, pagamento, opinião, avaliação, descarte etc.) (DI SORDI, 2008 apud SANTOS; FLORES, 2015). No entanto, embora reconhecendo a complexidade na gestão de documentos, a recuperação não é abordada. Este aspecto é, mais uma vez, tratado por Santos (2009), quando alerta que é preciso realizar um tratamento preliminar profundo que reduza as informações recuperadas e aumentando a qualidade das respostas.

Por sua vez, Sousa (2005) dedica-se a um profundo estudo sobre a função da classificação na arquivística em sua tese de doutorado¹, como resultado de suas dúvidas, indagações e preocupações em sua atividade profissional. Sua preocupação é voltada para o aperfeiçoamento das bases teóricas da Arquivologia e ele reconhece o potencial da Teoria da Classificação nesse aspecto.

O conceito de classificação não é estranho à literatura arquivística, muito pelo contrário. Os grandes manuais sempre dedicaram capítulos para tratar do tema. Entretanto, a presença não garantiu uma verticalização teórica sobre o mesmo. A classificação, que a Lógica define como a distribuição de indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciados, aparece na literatura arquivística cindida em dois outros conceitos: classificação e arranjo (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2013, p. 135).

E o autor busca diálogo com outras áreas que pudessem contribuir para superar as bases intuitivas de tratamento da função classificação em Arquivística.

Procura-se, no diálogo com outras áreas do conhecimento humano, verificar a possibilidade de construção de um novo marco referencial para o tratamento da classificação de documentos arquivísticos. Parte-se do pressuposto que o arcabouço teórico-metodológico da área não consegue resolver as questões impostas pela grande massa de documentos acumulados diariamente pelas organizações contemporâneas, pela disseminação das novas tecnologias e pelo desenvolvimento social, que trouxe à tona a figura do cidadão (SOUSA, 2007, p. 5).

Ao se debruçar sobre a relação entre Arquivologia e Ciência da Informação, Aguiar (2013) reconhece igualmente que a classificação é amplamente abordada e estudada pela Ciência da

¹ Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito. São Paulo, USP. Tese de doutorado em História Social.

Informação, não sendo reconhecida pela área Arquivística, a qual poderia se beneficiar do aporte teórico da Recuperação da Informação.

As funções arquivísticas Classificação e Descrição estão ligadas à questão da representação da informação, apesar de parecer haver ainda certo estranhamento em relação a esta conexão, uma vez que esta temática é amplamente abordada e estudada pela Ciência da Informação e não reconhecida pela área arquivística como aporte teórico que possa influenciar suas práticas. A questão interdisciplinar ainda parece necessitar de abordagens mais amplas, uma vez que a literatura da área ainda se encontra muito pautada em abordagens direcionadas para o processamento técnico de documentos (AGUIAR, 2013, p. 12).

De fato, a classificação de documentos é uma das funções arquivísticas, ou seja, um procedimento técnico e intelectual, que faz parte do processo de gestão de documentos e é considerada a mola propulsora da gestão documental, pois impulsiona as etapas posteriores da gestão (AGUIAR, 2013; SOUSA, 2009).

À mesma época, Ramos (2013) pesquisa as possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo focalizando, então, um núcleo comum que estaria sendo proposto pela Escola de Ciência da Informação da UFMG. A fala dos entrevistados evidencia a dificuldade de não aceitar a Ciência da Informação como um guarda-chuva ao qual aquelas áreas de conhecimento estariam subordinadas, pois inexistiria ali uma base teórica para suportar as demais áreas. Se as competências de cada área fossem analisadas, talvez se chegasse a pontos comuns. Todas elas têm um papel social e talvez neste aspecto se encontrem pontos comuns.

De um modo geral, reconhecem os pesquisadores que alguns saberes comuns estão presentes em outras áreas do conhecimento e delas pode-se apropriar de algum modo ou apenas alguns de seus aspectos, uma vez que são áreas aplicadas das ciências sociais. Do que delas se precisa apropriar para maior desenvolvimento teórico da área? Ou, ainda, para melhor desempenho profissional, quando se trata de desenvolver especificamente um serviço de informação?

O avanço da computação trouxe várias contribuições para a Biblioteconomia, como o surgimento da Ciência da Informação² – que passa a englobá-la como Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Trouxe igualmente o conceito de ‘recuperação da informação’, cujos aspectos semânticos foram apropriados pela BCI. Os profissionais já possuíam esse conceito com ampla experiência no tratamento dos dados semânticos, embora, já então, esta nova técnica requeresse novos princípios.

² O avanço tecnológico cria uma área do saber – Ciência da Informação – quando a computação possibilita aos profissionais das bibliotecas especializadas focalizar a organização do conteúdo em detrimento da organização física, uma vez que, no registro digital, ela se manifesta de outro modo, segundo padrões computacionais. Assim, atualmente, vamos nos referir à Biblioteconomia/Ciência da Informação (BCI).

Outras áreas de conhecimento estão fornecendo insumos para os arquivistas, além da computação, em especial na área de *records management*, em que surge o conceito de ativos informacionais da instituição. Normas têm surgido fora da Arquivologia e da Ciência da Informação para atender à necessidade de gestores e executivos de empresas e organizações assemelhadas, constituindo-se em uma área de conhecimento, a saber, *information records management*.

Tendo em vista que a difusão/acesso parece introduzir uma função diferenciada nos arquivos correntes em meio eletrônico, ou seja, a recuperação da informação, nela está a ênfase desta comunicação. Revela a presença de documentos heterogêneos presentes na documentação de empresas e de organizações de pesquisa. Tais ações parecem não exigir do arquivista conhecimento da computação para desenvolver Sistemas de Recuperação de Informação (SRI), mas sua introdução, visando a acesso e recuperação, dará ao usuário externo autonomia no uso dos recursos informacionais, resguardados os aspectos legais de sigilo e assemelhados, os quais um bom planejamento de SRI vai garantir.

Como profissional de informação, o arquivista precisa ser atuante no ciclo decisório que envolve os objetivos institucionais (SANTOS, 2009): isso significa atuar de forma proativa antecipando demandas e elaborando instrumentos que permitam aos clientes de informação concatenarem fontes e chegarem às suas próprias decisões com base em insumos de alto valor agregado.

Mas cabe ao arquivista garantir a qualidade dos dados e saber quais as implicações de seu registro na recuperação, exatamente como ocorre na BCI. Este é mais um aspecto relevante para o fazer arquivista, o qual não tem recebido a devida atenção.

Tem sido enfatizado aqui o ‘fazer arquivista’; isso não significa reduzir a atividade a meros procedimentos técnicos. Pelo contrário, uma boa execução técnica requer o uso de princípios teóricos para as necessárias opções e ajustes em tal fazer, já agora requeridos para atuar em ambientes e circunstâncias diversos.

Face a esta exposição, neste momento, as comunidades a que me dirijo são Arquivos e Bibliotecas – mas não só. Essas duas são instituições das quais se tem notícia em registros de mais de dois milênios. Mais recentemente, com cerca de um milênio, surge a Bibliografia. Suas atividades tiveram e ainda têm em comum a ‘organização’ e o ‘acesso’ a documentos, cada área com suas especificidades. Cada uma delas com suas teorias, seus métodos e técnicas a partir de preocupações de eruditos e filósofos até chegar ao delineamento de saberes e de profissionalização, à medida que a sociedade evoluía. E teorias apropriadas a cada uma foram igualmente desenvolvidas.

Organização e classificação, neste contexto, podem ser termos intercambiáveis com o propósito comum de garantir o acesso. Classificação é um conceito que deve ser entendido aqui como organização de entidades ou de suas representações em seus mais vários modos e tipos. É mais amplo do que uma tabela ou esquema de classificação, do que arranjo, por exemplo, embora a qualidade de tais instrumentos dependa igualmente da adoção de princípios lógicos em sua construção.

De fato, o aspecto da classificação que aqui se pretende abordar se relaciona à elaboração de taxonomias, cujas classes representam os diferentes elementos que caracterizam o objeto documento de arquivo: fundo, espécie, origem, temporalidade e assim por diante. Este aspecto da classificação ganha relevo com a introdução do conceito de metadado e é na taxonomia que a classificação se manifesta e é ‘ali que se garante a qualidade do dado’. Assim, não se pretende abordar a classificação com o objetivo de elaborar planos de classificação de documentos arquivísticos, mas de oferecer um método para qualidade dos dados a partir de princípios teórico-metodológicos.

PONTOS COMUNS

Os desafios que os profissionais da informação enfrentam não são novos: de algum modo, foram percebidos por estudiosos e teóricos, mas precisaram se ajustar às contribuições tecnológicas do momento. Especificamente, o relacionamento entre Arquivologia e Biblioteconomia não é um tema novo. O momento histórico apontou para algumas questões comuns entre uma e outra área, cujas soluções poderiam estar em algum saber próprio BCI.

O maior desafio, na atualidade, são os arquivos correntes e heterogêneos em meio eletrônico. Os primeiros, afetados pela introdução do computador; os segundos, pela complexidade crescente das organizações e a necessidade de incluir o tratamento do assunto/conteúdo.

A introdução dos computadores pessoais e a introdução dos terminais inteligentes [tecnologia de rede] trouxeram o início da descentralização dos trabalhos informáticos.

O avanço tecnológico mudou radicalmente os mecanismos de registro e de comunicação da informação nas instituições e, conseqüentemente, seus arquivos também mudaram (RONDINELLI, 2002, p. 24).

Buscarei argumentos a respeito da relação entre BCI e Arquivologia no que diz respeito aos aspectos comuns a arquivos ‘correntes heterogêneos’ e à ‘classificação’, e irei buscá-los em literatura que, de certa forma, estabeleceu princípios da Arquivologia. Vejamos o que diz um autor

seminal da Arquivologia, Schellenberg (2002), em seu livro ‘Arquivos Modernos’, divulgado em inglês em 1956, com sua primeira edição no Brasil em 1973.³

Desde sempre, Schellenberg reconhece uma aproximação entre Biblioteconomia e Arquivologia. No entanto, não podemos deixar de considerar o momento histórico de seus comentários. Assim, é com um certo distanciamento no tempo que buscamos entender sua fala e ajustá-la aos tempos atuais. O que segue é um extrato de seu livro sobre tais relacionamentos, em especial no que se refere a arquivos correntes e de materiais heterogêneos, áreas afetadas atualmente com a introdução do computador. E o foco estará nos arquivos correntes e nas classificações entendidas aqui tanto como arranjo quanto como tabelas de diversos tipos e finalidades.

Schellenberg tinha noção clara que classificação incluía arranjo e outros instrumentos de organização de documentos/informação.

Algumas “[...] técnicas se aplicam a materiais especiais que tanto podem ser mantidos por bibliotecas como por arquivos” afirma Schellenberg (2002, p. 47). Um aspecto importante a ressaltar aqui é o reconhecimento de que bibliotecários e arquivistas “[...] podem contribuir na elaboração de um método destinado ao tratamento desse material” (SCHELLENBERG, 2002, p. 47). O objetivo de ambas as áreas é também tornar acessíveis seus documentos de modo “[...] o mais eficaz e economicamente possível” (SCHELLENBERG, 2002, p. 50). O método de descrição é próprio de cada área, exceto quando se trata de materiais especiais

[...] que tanto podem ser mantidos por bibliotecas como por arquivos, visto que se caracterizam como peças individuais, [...] separadas umas das outras, cada qual com significado próprio, independentemente de sua relação para com as demais [...] e, desde que consistem em peças avulsas, podem seguir os métodos biblioteconômicos no seu arranjo e na sua descrição [...] (SCHELLENBERG, 2002, p. 47).

O autor acrescenta ainda as técnicas biblioteconômicas de catalogação e indexação, úteis a tipos especiais de material de arquivo, como mapas, plantas, filmes, diapositivos e discos (SCHELLENBERG, 2002, p. 52).

Schellenberg considera útil o trabalho do bibliotecário nos cabeçalhos de assunto, em especial no preparo de índices de assunto dos instrumentos, como guia, inventário ou lista especial (SCHELLENBERG, 2002, p. 51). A Tecnologia da Informação e a Ciência da Informação se atualizaram de tal modo a confirmar, ainda hoje, sua percepção a respeito do tema, embora novas tecnologias tenham produzido novos instrumentos. Por exemplo, cabeçalhos de assunto tradicionais não têm mais espaço tanto nas bibliotecas como nos arquivos, pois a tecnologia da

³ A edição mais recente em português é de 2002, da Editora FGV.

informação trouxe a oportunidade de criar modos mais adequados de produção dos mesmos instrumentos.

É muito agradável e surpreendente verificar que Schellenberg tem clara noção de que o arquivista “[...] deveria possuir um conhecimento geral dos princípios dos sistemas de classificação, quanto mais não seja pelo fato de que alguns desses princípios podem ser aplicados (embora geralmente não o sejam) na administração de documentos correntes” (SCHELLENBERG, 2002, p. 52). Dois aspectos são aqui particularmente interessantes: a classificação e o material corrente. Ele está correto quando inclui uma adversativa ‘embora geralmente não o sejam’: provavelmente, e com justa razão, não considerava adequada a aplicação prática dos princípios de classificação, conforme desenvolvida na biblioteconomia. Mas esta evoluiu. Algo se perdeu, e algo novo surgiu, como decorrência da computação na área. Mais adiante, voltarei a este ponto.

Continuarei a ‘explorar’ Schellenberg. No Capítulo 7 ‘Princípios de Classificação’, ele focaliza a problemática de documentos correntes: “O problema básico [...] na administração de documentos correntes é o de conservá-los de maneira ordenada e acessível. Para atingir esses objetivos, torna-se necessário que os documentos sejam: a) bem classificados e b) bem arquivados” (SCHELLENBERG, 2002, p. 83). A classificação por função “[...] proporciona as bases para a preservação e destruição, seletivamente, dos documentos depois que hajam servido aos objetivos das atividades correntes” (SCHELLENBERG, 2002, p. 83).

E prossegue:

A classificação é básica à eficiente administração de documentos correntes [...]. Todos os outros aspectos de um programa que vise ao controle de documentos dependem da classificação. Se os documentos são adequadamente classificados, atenderão bem às necessidades das operações correntes (SCHELLENBERG, 2002, p. 88).

Schellenberg apresenta três tipos de classificação que permitiriam obter informação a partir de um ou de outro aspecto: classificação funcional, classificação organizacional e classificação por assunto. Tal limitação ocorre, provavelmente, por causa da ‘tecnologia da ficha’: esta tecnologia impedia que todos os recursos de acesso pudessem ser explorados, fato que também ocorreu na biblioteconomia. Assim,

[...] é preciso **optar** por **um** aspecto no arquivamento de um documento, em especial quando este se refere a atos. [...] Aqui, o tipo de entidades, de tópicos, etc. é que determina a base segundo a qual se estabelecem as unidades de arquivamento. Os documentos com eles relacionados são mais difíceis de distinguir e de reunir do que os que se relacionam com uma única entidade. [...] As unidades de arquivamento relativas à política são extremamente difíceis de determinar. Por vezes originam-se de diferentes operações, o que torna difícil o agrupamento de todos os documentos importantes (SCHELLENBERG, 2002, p. 88-89, grifo nosso).

Este é um tema a investigar com a introdução da tecnologia da informação; o importante, neste contexto, é chamar a atenção para o fato de que Schellenberg percebia a limitação da tecnologia de seu tempo.

Classificação por assunto, segundo o autor, é válida para documentos externos, ou seja, não resultantes da ação governamental (SCHELLENBERG, 2002, p. 93); e os procedimentos se assemelham aos dos bibliotecários. Na classificação por assunto os documentos

[...] não devem ser forçados num esquema elaborado segundo princípios estabelecidos *a priori*, mas devem ser agrupados em classes estabelecidas pragmaticamente sobre uma base *a posteriori*. Essas classes devem ser criadas gradativamente, à medida que a experiência atesta a sua necessidade (SCHELLENBERG, 2002, p. 94).

Sábias palavras. Voltaremos a elas. Quando se trata de sistemas de classificação notacionais, sua crítica à classificação bibliotecária é bastante pertinente. No entanto, a classificação por assunto é um requisito no tratamento de documentação heterogênea, como será possível ver adiante.

Propõe o autor que, na elaboração de um sistema de classificação baseado na análise das funções, atividades e ações, alguns pontos devem ser observados.

Ponto 1: ‘é essencial que as classes sejam formadas *a posteriori* e não *a priori*. As classes devem ser fixadas à medida que a experiência atesta sua necessidade, isto é, à medida que os documentos são criados na execução das funções. Elas não devem ser estabelecidas arbitrariamente na base da especulação quanto ao assunto dos documentos que ainda estão para ser produzidos’. Subdivisões podem ser criadas à medida que a atividade se expande.

Ponto 2: deve haver consistência quanto aos sucessivos níveis de subdivisão de um sistema de classificação.

Ponto 3: cabeçalhos separados para atividades auxiliares e para as atividades substantivas.

Ponto 4: cabeçalhos mais detalhados para documentos importantes [que ele não define] relativos a políticas, métodos, programas e coisas semelhantes do que para documentos executivos.

Ponto 5: o esquema de classificação deve ser corrente, no sentido de que seus cabeçalhos reflitam as funções correntes da agência. Devem ser periodicamente ajustados às necessidades correntes (SCHELLENBERG, 2002, p. 95).

Um classificacionista não faria melhor. O que ele propõe aqui são requisitos de um sistema de classificação. Em alguns casos, ele pode estar fazendo referência a códigos de classificação, mas o raciocínio é válido, mesmo quando se trata de organização dos dados em ambiente digital.

Embora com outra terminologia, os capítulos 8 ‘Sistemas de registro’ e 9 ‘Sistemas americanos de arquivamento’ também lidam com classificação por meio de códigos. Até que ponto a Tecnologia da Informação (TI) alterou tal comportamento?

ARQUIVOS CORRENTES E HETEROGÊNEOS

Arquivos correntes são afetados pela complexidade das organizações e pela introdução da computação.

Autores recentes voltam sua atenção para arquivos correntes em documentos que lidam, por exemplo, com gestão de documentos, gestão de recursos informacionais (*Information Resource Management*) e temas associados, ficando ocultas contribuições a respeito do relacionamento entre eles, provavelmente devido à terminologia empregada. Mas o ‘objeto’ é comum ao arquivista e ao gestor da informação numa empresa.

Santos (2009) reconhece que o arquivo permanente tem recebido maior atenção dos teóricos da área, mas que há necessidade de um pouco mais de aplicação das conclusões resultantes dos vários estudos e também sua adequação aos acervos de instituições privadas, sejam os arquivos históricos preservados sob a custódia de uma instituição privada, sejam aqueles considerados como de interesse público e social para a comunidade à qual o acervo está relacionado. Ao afirmar que apenas as pesquisas que têm como objeto os arquivos permanentes ou as instituições arquivísticas públicas propriamente ditas abordam o uso da informação orgânica institucional, estaria o autor criticando ou registrando a necessidade de ações aplicadas ‘no cotidiano da instituição’? – o que não ocorre nos arquivos permanentes, de interesse maior dos historiadores, sociólogos e demais pesquisadores? Do mesmo modo, o acesso também é visto por ele como um resultado daquela função e uma responsabilidade do usuário.

A necessidade atual dos usuários face aos arquivos correntes traz para os arquivistas o problema da gestão de documentos (*record managers*) como profissionais essenciais à consecução dos objetivos da instituição à qual estão vinculados (SANTOS, 2009). Neste contexto, surge o conceito de ativos informacionais da instituição que traz intrínseca a assunção de um ‘valor’ para informação (SANTOS, 2009). Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estes ativos seriam exemplificados por bases de dados e arquivos, documentação de sistema, manuais de usuário, material de treinamento, procedimento de suporte ou operação, planos de continuidade, procedimentos de recuperação e as informações armazenadas na instituição (ASSOCIAÇÃO

BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005). A Norma surge, então, fora da Arquivologia – ou seja, em outra Comissão Técnica da ISO – e como uma necessidade de gestores e executivos de empresas e organizações assemelhadas, mas o objeto de que ela trata é o documento de arquivo.

Embora a Norma Internacional ISO 15489-1 (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2016) defina *Records Management* de modo amplo no âmbito da Administração – e é nesta área que tais questões são estudadas –, é na Ciência da Informação que se estudam aspectos semânticos/terminológicos relacionados à recuperação de informação. Se a Norma estabelece as áreas de descrição de um documento, a qualidade do registro tem na Ciência da Informação os princípios para tal, embora a análise do documento seja do âmbito da Arquivologia. É importante, então, que o arquivista ‘inclua’ certos comportamentos e ações em sua atividade cotidiana, pois nela não existe vazio.

Pergunta o autor: como exercer esse papel que a sociedade impõe ao arquivista? (SANTOS, 2009).

Trazendo à tona a problemática dos arquivos heterogêneos, alguns exemplos mostram a complexidade do problema. Também afetado pela introdução da computação, ressalta em tal contexto a necessidade de tratamento terminológico voltado não somente para o tratamento da documentação textual, mas para documentos de natureza vária em diversificados suportes. Este ambiente requer a inclusão do tratamento do conteúdo do documento. Esta é uma nova função para o arquivista.

Alguns exemplos: seja a documentação de um projeto de pesquisa em Antropologia: ela pode conter, além de textos – cadernos de anotação, relatórios e assemelhados –, filmes e fotos sobre o comportamento e valores de uma comunidade – dança, iniciação, entrevistas e assemelhados –, e assim por diante. Ou a documentação de um instituto de pesquisa agrícola que pretende desenvolver melhoramento de uma espécie, cuja documentação inclui análises diversas que resultam em imagens. Ou, ainda, um departamento de pesquisa em patologia que precisa organizar e recuperar algumas centenas de lâminas.

Em tais ambientes de pesquisa, a documentação é heterogênea e requer tratamento de seu conteúdo. Este é um aspecto relevante para o profissional de informação. E o instrumento de controle é a taxonomia com seus termos controlados do ponto de vista semântico.

Existe, então, uma necessidade social que desafia o arquivista. No ambiente digital, existe a percepção clara de que se trata de estabelecer pontos de acesso na decisão dos elementos da descrição e que o modelo anterior não é aplicável às novas circunstâncias (SANTOS, 2009).

RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO: IMPACTO NA ARQUIVOLOGIA

Recuperação da informação é uma função nova para o arquivista quando de sua atuação em especial na organização de arquivos correntes. E ela traz questões relacionadas à classificação e à terminologia. E várias áreas do saber contribuem para a solução das novas questões e problemas.

No prefácio (Nota de abertura) à obra de Ribeiro (1996), afirma-se que a introdução do conceito de sistema de recuperação da informação constitui uma novidade entre nós e, do ponto de vista internacional, têm sido também bastante raros os testes de desempenho das técnicas utilizadas. Naquela obra, a autora faz testes de desempenho de arquivos que indexam com linguagem livre e aqueles que indexam com linguagem controlada. Esse tipo de estudo ainda não se realizou entre arquivistas brasileiros, mas é essencial para propostas de interoperabilidade e de dados ligados.

A computação requer normalização em vários aspectos. Tanto no nível internacional como no governamental, procedimentos normativos estão sendo elaborados no âmbito da Arquivologia e da Administração, tendo em vista que documentos arquivísticos nascem em meio digital. A introdução da Tecnologia da Informação nas atividades de informação traz consigo o conceito de recuperação de informação, a qual, mesmo sem este nome, foi percebida por Schellenberg, quando reconheceu que nem todos os aspectos podiam ser considerados em um sistema de classificação/organização e que, portanto, seria preciso fazer opções. Tal limitação foi eliminada com a introdução da recuperação de informação.

De fato, a introdução da computação no fazer arquivístico causa uma revolução, como ocorreu na Biblioteconomia, a ponto desta alcançar outro patamar, o da Ciência da Informação. De que revolução se fala?

A Web Semântica revolucionou a Ciência da Informação (CAMPOS, M. L. M.; CAMPOS, M. L. A.; CAMPOS, L. M., 2005) e o mesmo ocorre com a Arquivologia, a partir da introdução do conceito de metadado. Ao propiciar que cada dado – nome próprio ou não –, seja registrado em um metadado que indique sua classe (pessoa, objeto, tamanho ou qualquer outra característica considerada relevante no momento do planejamento do serviço), torna-se possível recuperar informação com mais precisão. Assim, um nome de pessoa pode estar caracterizado em suas diferentes funções em um documento: ou autor, ou assunto, ou revisor, ou tradutor e por aí vai. Do mesmo modo, na descrição do conteúdo, o metadado pode indicar todo ou qualquer aspecto da descrição do objeto: tamanho, velocidade, parte ou assemelhado. Como indica o nome, o metadado implica um termo amplo, uma classe, cujos dados são representados por termos da mesma classe.

A introdução do metadado requer, então, elaboração dos dados/termos em taxonomias. Mais uma vez observa-se a atualidade de Schellenberg quando ressalta que o vocabulário não seja estabelecido *a priori*. De fato, a taxonomia é criada no momento que surge a necessidade de um novo termo/conceito, cuja posição é estabelecida a partir de princípios teóricos, portanto, *a posteriori*. Tal estrutura sistemática possibilita ao arquivista correta escolha do termo para um dado metadado.

As limitações percebidas por Schellenberg deixam de existir na recuperação da informação. Todos os elementos de descrição arquivística considerados relevantes em um dado contexto podem potencialmente produzir produtos informacionais diversos. Assim, instrumentos de pesquisa podem ser produzidos automaticamente, desde que no planejamento da base de dados os elementos necessários a tal instrumento – presentes em metadados adequados – estejam presentes. Dito de outro modo, o conceito de recuperação de informação nos arquivos digitais acrescenta ao fazer arquivístico um saber que permite executar suas tarefas apenas de um modo diferente.

A introdução do suporte eletrônico

[...] não é simplesmente um novo suporte para o registro de informações originadas das funções e atividades das instituições; ele tem características próprias, que impõem a definição de modos específicos de criá-lo, classificá-lo, avaliá-lo, descrevê-lo e de atestar sua autenticidade (SOUSA, 2007, p. 81).

Sousa reconhece nos trabalhos de Schellenberg alguma influência desse conhecimento [da Teoria da Classificação] no processo classificatório em Arquivística.

Schellenberg já abordara com algum detalhe o aspecto da classificação dos assuntos e o fez com propriedade, tendo em vista o estado tecnológico à época. Mais tarde, vai-se verificar que a computação deverá aproximar Ciência da Informação e Arquivologia na nova forma de descrição e registro dos dados, organizados como bases de dados em um SRI e que novos instrumentos de trabalho surgirão para garantir qualidade dos dados, embora de fato isso ainda não tenha ocorrido no País com a presença da Arquivologia.

A elaboração de guias e índices também é afetada pela introdução do computador, e este é um tema particularmente presente em que a Teoria da Classificação pode contribuir na produção de tais serviços em ambiente digital. Aqueles e outros instrumentos que venham a ser necessários são possíveis de serem produzidos a partir da recuperação da informação.

Nos tempos atuais, podemos entender o que Schellenberg consideraria ‘bem classificado’, ‘bem indexado’, pois esta última é uma atividade de classificação. Ao inserir dado sobre as diversas características do documento de arquivo em seus respectivos metadados, estaremos alcançando aqueles objetivos.

A noção de arquivamento também se altera, pois o documento digital está intimamente associado não só à sua representação, mas também quanto à sua recuperação.

Por fim, uma modificação nos hábitos do arquivista – não chega a ser uma revolução – é a padronização – de todos os elementos da descrição do documento e também do assunto. De certa forma, isso impacta também o usuário, que precisa igualmente se ajustar à padronização no que revela os elementos de busca, de forma a recuperá-los nos registros.

O tema Sistema de recuperação de informação é rico de estudos e princípios, e o resultado de tais estudos inclui princípios teóricos, não se limitando apenas a normas e procedimentos. De fato, a introdução da computação na Ciência da Informação e na Arquivologia moderna se apoia em princípios normativos, cuja adesão é imprescindível ao registro para possibilitar adequada e eficaz recuperação. Daí os esforços do Arquivo Nacional nesta área. Cabe, no entanto, à Academia, reflexão e estudo sobre métodos e princípios fornecidos por outras áreas.

No Brasil, o Arquivo Nacional é o responsável pela adoção de normas e procedimentos arquivísticos, por meio do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que atua em Câmaras Técnicas.

O ‘documento de arquivo’ está exaustivamente analisado, e seus elementos constitutivos, identificados e descritos na Norma básica de descrição arquivística (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006). Nela, podem-se identificar as áreas voltadas para o conteúdo semântico.

Embora não explicitamente, é evidente que a Norma de descrição é voltada para a organização de bases de dados na perspectiva de serviço de recuperação de informação. Cada item abordado seria um metadado e, assim, todos os elementos da descrição são potencialmente recuperados.

As normas resultantes da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais, da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos e da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística deixam clara a inclusão de tratamento de conteúdo, característico de arquivos heterogêneos. Isso requer a elaboração de taxonomias para os diversos aspectos da descrição de tais espécies documentais.

No ambiente digital, a preocupação maior no registro de dados é a padronização. Em todas as espécies, observar-se-á a presença de nomes próprios cuja padronização requer o estabelecimento de regras de normalização e grande esforço. Na Norma de descrição, cabe ressaltar a Área de pontos de acesso: mencionam-se aqui e ali fontes internacionais e outras como base de apoio; mas nem sempre tais fontes obedecem aos mesmos princípios na organização de seus vocabulários ou classificações. Há que analisar cada fonte à luz dos princípios de classificação e de alguns parâmetros como nível de generalidade, tendências diversas. Muitas vezes, tais fontes

são contraditórias. Os vocabulários não são neutros. As taxonomias também não serão, mas deverão ser consistentes.

A recuperação da informação se apoia – no que releva os aspectos semânticos – em abordagens teóricas que resolvam questões terminológicas estruturadas. Dito de outro modo, o acesso atual à informação em meio digital se dá por meio de termos, os quais disciplinam o uso da linguagem natural. A terminologia padrão consiste, por sua vez, em taxonomias que visam minimizar o ruído na comunicação. Esperamos que uma análise geral do problema de classificação em arquivos, a partir das bases teóricas da classificação desenvolvidas na BCI, contribua também para a Arquivologia com princípios que possibilitem ‘boa classificação’ e ‘bom arquivamento’, para retomar Schellenberg.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Para finalizar, cabe citar a tentativa de aproximação da Ciência da Informação com a Arquivologia, que tem ocorrido na Universidade Federal Fluminense (UFF), não apenas pela proximidade física – o que facilitaria o contato e a interação entre as áreas – como também pela própria natureza de atividades que têm em comum teoricamente a organização de documentos, embora com finalidades diversas.

A computação trouxe novas formas de organização, de acesso, de produtos e serviços. Em todas essas áreas de atuação, alguns instrumentos e técnicas foram abandonados no processo; outros foram aperfeiçoados, e ainda outros foram criados. Mas a classificação está presente, embora manifestando-se diversamente em cada situação e com terminologia diversa.

O planejamento e a implantação de arquivos digitais requerem dos arquivistas outras competências não esboçadas aqui, tendo em vista que, nas organizações, a entrada dos dados é descentralizada e sua participação requer ação proativa, sob pena de perda de controle do registro da massa de documentos digitais ali produzidas.

A área da Biblioteconomia alcançou uma oitava acima, conforme Shera, e se expandiu para a Ciência da Informação. A Arquivologia continua seu desenvolvimento em especial voltado para a Administração Pública, mas não só. A Bibliografia perdeu terreno com a introdução da tecnologia de bases de dados, embora esta não a substitua verdadeiramente: listas de textos selecionados, com maior ou menor grau de organização, são elaboradas manualmente, mas não se configuram como bibliografia, em seu conceito estrito. Algumas Escolas da Biblioteconomia alargaram seu escopo, ao incluir as contribuições da Ciência da Informação, que lhe deu origem. Mas ainda falta muito. A atividade de classificação de registros diversos em ambientes, como arquivos, museus, empresas diversas – de forte conteúdo tecnológico, ou de entretenimento, com

finalidades educativas ou outras – reforçou a hipótese de que o conhecimento da Teoria da Classificação se revela como um precioso instrumento metodológico de ‘organização e recuperação’ de informação para quem se veja envolvido em tais ambientes. A Arquivologia alcançaria outro patamar nas organizações, se não deixasse em branco o papel hoje ocupado em diversas organizações pelo profissional de Tecnologia da Informação (TI).

Sousa (2009) observa que é preciso estudar as contribuições da Filosofia e da Teoria da Classificação na Arquivística, para

[...] o estabelecimento de uma fundamentação teórica da classificação em arquivos, a caracterização do objeto a classificar (o documento arquivístico na sua relação orgânica), os princípios arquivísticos consagrados internacionalmente envolvidos no processo classificatório e, por fim, os procedimentos metodológicos, para a definição dos níveis e das unidades em um plano de classificação (SOUSA, 2009, p. 95).

A computação interfere ainda no fazer arquivístico: acredito que a modelagem conceitual da documentação arquivística de uma organização é essencial e precede o desenvolvimento do *software*. Nesse momento, as questões que envolvem o fazer do arquivista – estabelecimento da gênese, missão, função e assemelhados, revelar-se-ão e materializar-se-ão, de um lado, nas funcionalidades do *software* que venha a ser adotado e, de outro, no formulário de registro de dados. Mas a atividade se complementa com ações que garantam qualidade dos dados.

Entender esta complexidade é fundamental quando, no novo ambiente, o registro se dá de modo descentralizado nas organizações. Mas atender a tais necessidades do novo ambiente traz a real dimensão da atividade arquivística.

A não inclusão de novos métodos e princípios para aperfeiçoar o que fazer não significa, necessariamente, abandonar as profissões as quais um indivíduo tenha escolhido. Nesse sentido, a Ciência da Informação não se envolve com o exercício profissional desta ou daquela área, mas visa desenvolver teorias e métodos de organização da informação e do conhecimento, os quais podem ser apropriados por aqueles que se vejam envolvidos com organização e acesso de documentos, não importa em qual suporte, virtuais ou não. O que se percebe nas organizações é que o que se busca são competências em detrimento de formação profissional. Este deve ser mais um motivo para os profissionais se desenvolverem e se aprimorarem, apropriando-se de saberes que contribuam para seu melhor desempenho.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. F. S. *Representação da informação arquivística: diálogos e conexões interdisciplinares*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO/IEC 17799: tecnologia da informação: técnicas de segurança: código de prática para a gestão da segurança da informação*. Rio de Janeiro, 2005.
- CAMPOS, M. L. M.; CAMPOS, M. L. A.; CAMPOS, L. M. Web semântica e a gestão de recursos informacionais. In: MARCONDES, C. H. et al. (Org.). *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. Salvador: EDUFBA; Brasília, DF: IBICT. 2005. p. 55-75.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 123 p.
- DE SORDI, J. O. *Administração da informação: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2008. 185 p. apud SANTOS, H. M.; FLORES, D. Um diálogo entre arquivo, conhecimento e tecnologia. *Biblios*, [S.l.], n. 60, p. 55-62, 2015. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 15489-1: Information and documentation: Records management: Part 1: Concepts and principles*. 2nd ed. Geneva, 2016. 20 p.
- MASON, R. O. What is an information professional? *Journal of Education for Library and Information Science*, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 122-138, 1990 apud SMIT, J. W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 8, n. 2, jun./dez. 2003. Não paginado.
- RAMOS, J. A. A. *As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: o caso da ECI-UFMG*. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- RIBEIRO, F. *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996.
- RONDINELLI, R. C. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SANTOS, H. M.; FLORES, D. Um diálogo entre arquivo, conhecimento e tecnologia. *Biblios*, Brasília, DF, n. 60, p. 55-62, 2015. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- SANTOS, V. B. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. (Org.). *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. p. 173-222.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 386 p.

SMIT, J. W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 8, n. 2, jun./dez. 2003. Não paginado.

SOUSA, R. T. B. A Classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. (Org.). *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. p. 79-172.

SOUSA, R. T. B. Os princípios da Teoria da Classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. *Arq. & Adm.*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 5-27, jan./jun. 2007.

SOUSA, R. T. B.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p.131-144, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/1400/1578>>. Acesso em: 5 maio 2018.